UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
RELATÓRIO DE GESTÃOFISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2018 A ABRIL/2019

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	437.802.781,95
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	80.049.377,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	357.753.404,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,043702%	
					% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				0,101900%	834.170.335,91
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:			0,101798%	833.335.346,96
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:			0,080726%	660.836.452,77
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:			0,080576%	659.608.527,84
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3					

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS
Ministro-Presidente

SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA TRE Nº 132, DE 21 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001283-63.2019.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao primeiro quadrimestre de 2019, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL 2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/18	Mai/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.683.221,98	2.829.320,18	2.715.036,88	2.762.373,05	2.903.573,82	4.685.435,11	4.976.173,54	7.799.213,34	3.926.849,32	3.030.907,31	3.007.146,92	2.993.018,37	44.312.269,82	325.274,75
Pessoal Ativo	2.549.124,72	2.686.775,96	2.564.146,32	2.611.482,49	2.742.036,93	4.548.309,33	4.763.534,36	7.627.454,79	3.693.695,19	2.874.489,60	2.842.698,59	2.805.940,93	42.309.689,21	325.274,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.187.782,83	2.315.461,83	2.198.520,36	2.251.646,59	2.381.097,65	4.184.978,62	4.022.738,06	7.251.530,54	3.300.344,80	2.482.939,19	2.448.114,20	2.434.389,11	37.459.543,78	325.274,75
Obrigações Patronais	361.341,89	371.314,13	365.625,96	359.835,90	360.939,28	363.330,71	740.796,30	375.924,25	393.350,39	391.550,41	394.584,39	371.551,82	4.850.145,43	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	134.097,26	142.544,22	150.890,56	150.890,56	161.536,89	137.125,78	212.639,18	171.758,55	233.154,13	156.417,71	164.448,33	187.077,44	2.002.580,61	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	120.506,24	128.953,20	137.299,54	137.299,54	137.299,54	123.534,75	191.912,06	131.402,55	200.022,35	133.348,23	133.348,23	152.736,64	1.727.662,87	-
Pensões	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	24.237,35	13.591,03	20.727,12	40.356,00	33.131,78	23.069,48	31.100,10	34.340,80	274.917,74	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	134.097,26	156.634,75	150.890,56	165.394,73	300.817,63	148.534,71	162.430,00	3.451.812,69	234.007,30	158.875,71	181.186,08	187.077,44	5.431.758,86	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	14.090,53	-	14.504,17	139.280,74	11.408,93	22.372,72	3.386.724,91	853,17	2.458,00	16.737,75	-	3.608.430,92	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.097,26	142.544,22	150.890,56	150.890,56	161.536,89	137.125,78	140.057,28	65.087,78	233.154,13	156.417,71	164.448,33	187.077,44	1.823.327,94	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.549.124,72	2.672.685,43	2.564.146,32	2.596.978,32	2.602.756,19	4.536.900,40	4.813.743,54	4.347.400,65	3.692.842,02	2.872.031,60	2.825.960,84	2.805.940,93	38.880.510,96	325.274,75

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	39.205.785,71	0,004789

LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)						64.015.819,69	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)						60.815.028,71	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)						57.614.237,72	0,007038

FONTE: Sistema SIAFI, SECON/COF/SAO, 21/mai/2019, 18h e 23m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL 2019
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44,637,544.57
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5,431,758.86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	39,205,785.71

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					818,616,620,128.93
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0.004789%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0.007843%	64,204,101.52
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0.007835%	64,138,612.19
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0.007820%	64,015,819.69
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

ELINETE NUNES FREITAS
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 358, DE 23 DE MAIO DE 2019

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão nº 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Procedimento Administrativo PAD nº 6505/2019 , resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2019 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2018 A ABRIL 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.068.878,95	7.715.940,67	7.542.757,27	7.505.067,14	8.238.970,72	9.076.688,44	13.719.124,36	11.936.330,25	10.518.831,41	8.315.073,56	7.963.938,41	8.176.265,03	108.777.866,21	7.044,44
Pessoal Ativo	7.340.701,44	6.890.900,33	6.805.973,33	6.768.283,20	7.502.186,78	8.389.838,30	12.605.555,42	11.191.634,58	9.354.545,94	7.544.664,29	7.201.237,26	7.434.404,36	99.029.925,23	7.044,44
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.413.157,40	5.948.224,84	5.869.505,80	5.830.634,76	6.573.107,62	7.454.638,28	10.686.488,11	10.211.104,72	8.380.463,15	6.526.203,12	6.277.871,09	6.443.728,90	86.565.127,79	7.044,44
Obrigações Patronais	927.544,04	942.675,49	936.467,53	937.648,44	929.079,16	935.200,02	1.919.067,31	980.529,86	974.082,79	1.018.461,17	973.366,17	990.675,46	12.464.797,44	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	728.177,51	825.040,34	736.783,94	736.783,94	736.783,94	686.850,14	1.113.568,94	744.695,67	1.164.285,47	770.409,27	762.701,15	741.860,67	9.747.940,98	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	464.887,46	559.770,60	471.514,20	471.514,20	471.514,20	455.343,40	698.772,44	464.348,15	734.858,15	484.124,40	501.027,45	475.944,19	6.253.618,84	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.143.594,92	897.126,60	801.344,91	775.649,65	775.386,89	747.566,82	1.114.355,44	590.761,42	1.164.285,47	964.199,54	827.142,70	856.472,79	10.657.887,15	7.044,44
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	55.868,55	48.585,54	-	14.174,89	22.419,47	-	18.868,46	-	-	22.947,41	3.718,73	186.583,05	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	415.417,41	16.217,71	15.975,43	38.865,71	24.428,06	38.297,21	786,50	-	-	193.790,27	41.494,14	110.893,39	896.165,83	7.044,44
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	728.177,51	825.040,34	736.783,94	736.783,94	736.783,94	686.850,14	1.113.568,94	571.892,96	1.164.285,47	770.409,27	762.701,15	741.860,67	9.575.138,27	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.925.284,03	6.818.814,07	6.741.412,36	6.729.417,49	7.463.583,83	8.329.121,62	12.604.768,92	11.345.568,83	9.354.545,94	7.350.874,02	7.136.795,71	7.319.792,24	98.119.979,06	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	98.119.979,06	0,011986
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	136.422.459,74	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	129.601.336,76	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	122.780.213,77	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, COF/SECONT, 21/05/2019 e hora da emissão 08h32min

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2018 A ABRIL 2019

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				108.784.910,65	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				10.664.931,59	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				98.119.979,06	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,011986%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,016713%	136.815.395,72
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016696%	136.676.230,90
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016665%	136.422.459,74

Fonte: Sistema SIAFI, COF/SECONT, 21/05/2019 e hora da emissão 08h32min

JÚLIO BRIGLIA MARQUES
Diretor-Geral

CLAUDIO MARCIO PINTO NEDER
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

LEVINDO MIRANDA SOUZA
Coordenador de Controle Interno

JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 6, DE 14 DE MAIO DE 2019

Torna publico o Relatorio de Gestao Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA, no uso de suas atribuicoes e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e paragrafo unico, e 55, paragrafo segundo, da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nr. 0002865-65.2019.6.15.8000, resolve:

Art. 1 Publicar o Relatorio de Gestao Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2019, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicacao.

Des. Carlos Martins Beltrao Filho

ANEXO

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2018 A ABRIL 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.286.614,60	9.436.482,90	9.422.729,20	9.424.427,40	9.782.540,24	10.403.350,53	18.511.730,99	13.131.952,40	13.713.422,92	10.455.724,82	10.383.911,08	10.327.944,00	134.280.831,08	-
Pessoal Ativo	7.949.447,40	8.080.077,42	8.020.886,47	8.029.228,76	8.384.885,75	9.019.566,01	16.379.040,34	11.707.471,46	11.471.671,03	8.948.486,78	8.889.601,00	8.830.987,36	115.711.349,78	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	6.818.708,39	6.923.313,31	6.870.569,21	6.886.318,10	7.241.024,36	7.875.926,47	14.018.235,52	10.503.307,89	10.223.073,43	7.710.901,99	7.640.659,89	7.597.442,75	100.309.481,31	-
Obrigaçoes Patronais	1.130.739,01	1.156.764,11	1.150.317,26	1.142.910,66	1.143.861,39	1.143.639,54	2.360.804,82	1.204.163,57	1.248.597,60	1.237.584,79	1.248.941,11	1.233.544,61	15.401.868,47	-
Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.337.167,20	1.356.405,48	1.401.842,73	1.395.198,64	1.397.654,49	1.383.784,52	2.132.690,65	1.424.480,94	2.241.751,89	1.507.238,04	1.494.310,08	1.496.956,64	18.569.481,30	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	932.675,93	894.294,66	902.597,48	923.326,21	923.326,21	911.126,35	1.365.615,79	924.779,07	1.472.413,78	979.647,06	978.897,46	978.816,02	12.187.516,02	-
Pensoes	404.491,27	462.110,82	499.245,25	471.872,43	474.328,28	472.658,17	767.074,86	499.701,87	769.338,11	527.590,98	515.412,62	518.140,62	6.381.965,28	-
Outros Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (paragrafo 1 do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (PARAGRAFO 1 do art. 19 da LRF)	1.354.383,17	1.393.868,26	1.401.692,85	1.395.198,64	1.397.654,49	-	1.031.605,41	(5.469,04)	2.241.751,89	1.507.238,04	1.494.310,08	1.496.956,64	14.709.190,43	-
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	17.215,97	37.462,78	(149,88)	-	-	-	22.241,53	(5.469,07)	-	-	-	-	71.301,33	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.337.167,20	1.356.405,48	1.401.842,73	1.395.198,64	1.397.654,49	-	1.009.363,88	0,03	2.241.751,89	1.507.238,04	1.494.310,08	1.496.956,64	14.637.889,10	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.932.231,43	8.042.614,64	8.021.036,35	8.029.228,76	8.384.885,75	10.403.350,53	17.480.125,58	13.137.421,44	11.471.671,03	8.948.486,78	8.889.601,00	8.830.987,36	119.571.640,65	-

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	119.571.640,65	0,014607
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	182.371.410,63	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	173.252.840,10	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do paragrafo 1 do art. 59 da LRF)	164.134.269,57	0,020050

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial 2019, SECON/COF/SAO/TRE/PB, emissao 23/05/19, as 14h:00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

Notas: 1. Limites Maximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nr. 385/2013.

2. Valor da RCL referente a Portaria STN nr. 313, de 16/05/2019.

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIOS DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACORDAO 553/2017 TCU PLENARIO ITEM 9.4
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2018 A ABRIL 2019

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	134.280.831,08
DESPESAS NAO COMPUTADAS (paragrafo 1 do art. 19 da LRF) (II)	14.709.190,43
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	119.571.640,65

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,014607%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MAXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,022341%	182.887.139,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 478, de 26 de setembro de 2005	0,022319%	182.707.043,45
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 385, de 22 de agosto de 2013	0,022278%	182.371.410,63
	Justica do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

VALTER FELIX DA SILVA
Secretário de Administracao e Orcamento

JOAO DEMAR LUCENA RODRIGUES
Coordenador de Controle Interno

Des. CARLOS MARTINS BELTRAO FILHO
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 2, DE 27 DE MAIO DE 2019

O DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 1º quadrimestre de 2019, constituído pelos seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal; e Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) (1)
	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.940.667,93	10.220.152,70	9.980.964,22	10.069.764,33	10.718.268,47	11.491.437,69	18.936.386,14	16.302.988,16	14.176.817,29	11.299.609,79	11.126.626,21	11.129.079,43	145.392.762,36	534.489,74
Pessoal Ativo	8.287.379,39	8.540.506,94	8.286.774,16	8.372.460,73	9.020.964,87	9.803.881,96	16.324.605,21	14.587.357,70	11.414.472,44	9.457.234,61	9.265.982,53	9.271.480,50	122.633.101,04	534.489,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.112.467,65	7.330.215,21	7.091.416,83	7.200.751,05	7.838.862,78	8.622.581,88	13.894.404,26	13.248.947,03	10.201.612,82	8.142.715,44	7.972.387,51	7.972.496,36	106.628.858,82	534.489,74
Obrigações Patronais	1.174.911,74	1.210.291,73	1.195.357,33	1.171.709,68	1.182.102,09	1.181.300,08	2.430.200,95	1.338.410,67	1.212.859,62	1.314.519,17	1.293.595,02	1.298.984,14	16.004.242,22	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.653.288,54	1.679.645,76	1.694.190,06	1.697.303,60	1.697.303,60	1.687.555,73	2.611.780,93	1.715.630,46	2.762.344,85	1.842.375,18	1.860.643,68	1.857.598,93	22.759.661,32	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.250.481,62	1.273.792,12	1.290.135,03	1.307.366,11	1.307.366,11	1.307.366,11	2.021.699,10	1.332.670,35	2.145.061,61	1.430.853,07	1.449.121,57	1.446.076,82	17.561.989,62	-
Pensões	402.806,92	405.853,64	404.055,03	389.937,49	389.937,49	380.189,62	590.081,83	382.960,11	617.283,24	411.522,11	411.522,11	411.522,11	5.197.671,70	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.653.288,54	1.679.645,76	1.694.190,06	1.697.303,60	1.697.303,60	1.687.555,73	2.207.105,76	55.565,87	2.762.344,85	1.842.375,18	1.860.643,68	1.857.598,93	20.694.921,56	402.874,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	174.311,72	55.565,86	-	-	-	-	229.877,58	402.874,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.653.288,54	1.679.645,76	1.694.190,06	1.697.303,60	1.697.303,60	1.687.555,73	2.032.794,04	0,01	2.762.344,85	1.842.375,18	1.860.643,68	1.857.598,93	20.465.043,98	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.287.379,39	8.540.506,94	8.286.774,16	8.372.460,73	9.020.964,87	9.803.881,96	16.729.280,38	16.247.422,29	11.414.472,44	9.457.234,61	9.265.982,53	9.271.480,50	124.697.840,80	131.615,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	124.829.456,43	0,015249
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	217.530.994,47	0,026573
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	206.654.444,74	0,025244
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	195.777.895,02	0,023916

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão 22/05/2019.
(1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL 2019; R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				145.927.252,10	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				21.097.795,67	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				124.829.456,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,015249%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO (1)	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,026649%	218.153.143,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente (2):	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,026622%	217.932.116,61
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente (2):		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente (2):	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,026573%	217.530.994,47
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 (3)			-	-

(1) Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
(2) Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
(3) Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOHNNY WELLINGTON CHAVES DE ANDRADE E SILVA
Gestor Financeiro

LEONARDO MORAES JUNIOR
Coordenador de Controle Interno

GERALDO SEBASTIÃO ALMEIDA MOTA FILHO
Diretor Geral

DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
Presidente do TRE-PI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 103, DE 24 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2018 a abril de 2019 e o Demonstrativo dos Limites de Despesas com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU- Plenário- item 9.4, constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GLAUBER ANTONIO NUNES RÊGO

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.145.491,19	9.389.542,10	9.264.982,88	9.081.627,26	9.745.663,75	10.400.389,65	18.229.974,50	13.792.384,60	13.241.872,10	10.078.847,38	10.016.786,00	10.039.348,56	132.426.909,97	152.138,32
Pessoal Ativo	7.340.254,22	7.548.340,87	7.416.226,51	7.288.496,31	7.890.773,55	8.644.227,55	15.464.832,09	11.962.287,93	10.355.989,08	8.136.713,95	8.070.038,69	8.022.570,09	108.140.750,84	152.138,32
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.275.558,98	6.451.919,83	6.343.458,71	6.240.621,82	6.829.508,72	7.574.414,79	13.270.896,23	10.801.125,10	9.231.097,74	6.983.515,70	6.926.391,52	6.922.724,97	93.851.234,11	150.923,71
Obrigações Patronais	1.064.695,24	1.096.421,04	1.072.767,80	1.047.874,49	1.061.264,83	1.069.812,76	2.193.935,86	1.161.162,83	1.124.891,34	1.153.198,25	1.143.647,17	1.099.845,12	14.289.516,73	1.214,61
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.805.236,97	1.841.201,23	1.848.756,37	1.793.130,95	1.854.890,20	1.756.162,10	2.765.142,41	1.830.096,67	2.885.883,02	1.942.133,43	1.946.747,31	2.016.778,47	24.286.159,13	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.200.123,39	1.215.440,59	1.263.122,57	1.233.999,38	1.286.764,78	1.210.159,29	1.898.519,39	1.249.867,52	1.981.192,25	1.340.247,84	1.344.138,46	1.414.169,62	16.637.745,08	-
Pensões	605.113,58	625.760,64	585.633,80	559.131,57	568.125,42	546.002,81	866.623,02	580.229,15	904.690,77	601.885,59	602.608,85	602.608,85	7.648.414,05	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.806.086,28	1.841.201,23	1.848.756,37	1.793.130,95	1.739.498,57	1.756.162,10	1.614.666,88	798.125,56	2.885.883,02	1.942.133,43	1.946.747,31	2.016.778,47	21.989.170,17	143.215,70
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	849,31	-	-	-	4.608,37	-	-	18.022,89	-	-	-	-	23.480,57	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	67.171,26	-	93.104,33	429.023,36	-	-	-	-	589.298,95	143.215,70
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.805.236,97	1.841.201,23	1.848.756,37	1.793.130,95	1.667.718,94	1.756.162,10	1.521.562,55	351.079,31	2.885.883,02	1.942.133,43	1.946.747,31	2.016.778,47	21.376.390,65	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.339.404,91	7.548.340,87	7.416.226,51	7.288.496,31	8.006.165,18	8.644.227,55	16.615.307,62	12.994.259,04	10.355.989,08	8.136.713,95	8.070.038,69	8.022.570,09	110.437.739,80	8.922,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	110.446.662,42	0,013492
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	200.552.885,77	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	190.525.241,48	0,023274
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	180.497.597,19	0,022049

FONTE: Sistema <SIAFI>, Unidade Responsável <COF/SAO>, Data da emissão <20/05/2019> e hora de emissão <15h00m>
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL 2019

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				132.579.048,29	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				22.132.385,87	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				110.446.662,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,013492%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,024570%	201.134.103,57
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,024545%	200.929.449,41
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,024499%	200.552.885,77
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. GLAUBER ANTONIO NUNES RÊGO
Presidente do Tribunal

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Diretora-Geral

VALDEIR MÁRIO PEREIRA
Dirigente de Auditoria Interna Substituto

ANDREA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS
Secretária de Administração e Orçamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 118, DE 24 DE MAIO DE 2019

A DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

DESA. MARILENE BONZANINI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.571.986,38	20.058.851,16	20.054.549,77	19.986.578,39	20.660.314,17	22.634.849,22	36.855.406,83	25.267.081,91	30.179.260,77	21.445.265,46	21.847.254,01	19.900.758,08	278.462.156,15	
Pessoal Ativo	15.538.513,59	15.573.817,46	15.677.751,57	15.750.906,16	16.467.590,15	18.368.096,15	30.377.345,91	20.997.278,60	23.434.000,00	16.641.161,09	17.133.630,30	15.213.737,04	221.173.828,02	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.315.339,89	13.339.565,26	13.439.810,65	13.522.755,32	14.235.297,67	16.119.127,27	25.781.294,80	18.487.636,23	21.001.315,16	14.363.861,51	14.743.112,27	12.868.851,38	191.217.967,41	
Obrigações Patronais	2.223.173,70	2.234.252,20	2.237.940,92	2.228.150,84	2.232.292,48	2.248.968,88	4.596,051,11	2.509.642,37	2.432.684,84	2.277.299,58	2.390.518,03	2.344.885,66	29.955.860,61	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.033.472,79	4.485.033,70	4.376.798,20	4.235.672,23	4.192.724,02	4.266.753,07	6.478.060,92	4.269.803,31	6.745.260,77	4.804.104,37	4.713.623,71	4.687.021,04	57.288.328,13	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.183.564,21	3.627.542,75	3.519.307,25	3.378.181,28	3.376.138,57	3.434.640,57	5.212.997,04	3.410.464,71	5.411.393,72	3.896.488,59	3.805.957,71	3.779.355,04	46.036.031,44	
Pensões	849.908,58	857.490,95	857.490,95	857.490,95	816.585,45	832.112,50	1.265.063,88	859.338,60	1.333.867,05	907.615,78	907.666,00	907.666,00	11.252.296,69	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.033.472,79	4.485.033,70	4.376.798,20	4.272.653,03	4.192.724,02	4.266.753,07	5.862.527,01	271.707,75	6.745.260,77	4.804.104,37	4.713.623,71	4.687.021,04	52.711.679,46	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				36.980,80			27.955,56	271.707,75					336.644,11	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.033.472,79	4.485.033,70	4.376.798,20	4.235.672,23	4.192.724,02	4.266.753,07	5.834.571,45		6.745.260,77	4.804.104,37	4.713.623,71	4.687.021,04	52.375.035,35	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	15.538.513,59	15.573.817,46	15.677.751,57	15.713.925,36	16.467.590,15	18.368.096,15	30.992.879,82	24.995.374,16	23.434.000,00	16.641.161,09	17.133.630,30	15.213.737,04	225.750.476,69	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	225.750.476,69	0,027577
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	365.397.714,56	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	347.127.828,83	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	328.857.943,10	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 23/05/2019 às 14h e 15m
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.
ANEXO II
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	278.462.156,15
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	52.711.679,46
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	225.750.476,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,027577%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,044764%	366.445.543,83
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,044719%	366.077.166,36
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-		
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,044636%	365.397.714,56
	Justiça do Trabalho / ATO Conjunto TST.CSJT/2015 \3				

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desa. MARILENE BONZANINI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

FRANCISCO ALEXANDRE B. KAUSCH
Gestor Financeiro

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

HERBERT DIAS MIRANDA
Controle Interno

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE MAIO DE 2019

Altera a Resolução CFP nº 0016/2001, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e pelo Decreto nº 79.822, de junho de 1977;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o teor da Resolução CFP nº 0016/2001, dirimindo dúvidas na interpretação da norma;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Federal de Psicologia, em reunião realizada entre os dias 10 e 11 de maio de 2019;, resolve:

Art. 1º. O art. 49 da Resolução CFP nº 0016/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - Os trabalhos serão principiados com o quórum de maioria absoluta dos conselheiros efetivos."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12ª REGIÃO

PORTARIA Nº 48-A, DE 11 DE MARÇO DE 2019

O Presidente, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei 9.696/1998, e por seu Estatuto, resolve:

Alterar a denominação do Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo das Comissões de Assessoramento da Presidência, criado através da Portaria CREF12/PE nº 287/2017, para Assessor Técnico das Comissões de Assessoramento da Presidência que tem como função executar os serviços e atividades estabelecidos no art. 2º desta portaria. Ao Assessor Técnico das Comissões de Assessoramento da Presidência compete: I. Coordenar, assessorar e convocar quando solicitado pela Presidência as Comissões de Assessoramento; II. Emitir relatórios das atividades desenvolvidas pelas Comissões; III. Executar outras tarefas inerentes à função, de acordo com determinações da Presidência do CREF12/PE, inclusive realizar viagens, bem como participar de eventos patrocinados, chancelados ou apoiados pelo CREF12/PE; IV. Elaborar atas das reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias de Assessoramento; V. Auxiliar nos trabalhos de pesquisa administrativa e legislativa; VI. Auxiliar na elaboração dos pareceres e demais atos das Comissões Permanentes; VII. Auxiliar nos trabalhos e reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias de Assessoramento; VIII. Manter-se informado a respeito das atividades desenvolvidas pelas Comissões; IX. Conferir e coletar assinaturas dos membros nos documentos afetos às Comissões; X. Participar, quando solicitado, das sessões plenárias e congêneres; XI. Realizar operações básicas de microcomputador, atividades correlatas e alimentar o sistema de informática SPW do CREF12/PE; XII. Operar aparelhos de reprografia, tais como scanner, máquina de microfilmagem ou outros similares; XIII. Assessorar na manutenção e organização de arquivos de documentos, papéis e demais materiais de interesse das Comissões Permanentes e de Assessoramento; XIV. Controlar e assessorar a tramitação de documentos, projetos, processos e demandas de interesse dos Presidentes das Comissões Permanentes e Temporárias de Assessoramento, bem como transmitir aos membros as ordens e comunicados do Presidente; XV. Realizar outras tarefas correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior; XVI. E demais atividades inerentes ao Setor.

Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01 de março de 2019.

Revogam-se as disposições em contrário.

LÚCIO FRANCISCO DE ANTUNES BELTRÃO NETO

PORTARIA Nº 48-B, DE 11 DE MARÇO DE 2019

O Presidente, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei 9.696/1998, e por seu Estatuto, resolve:

Alterar a denominação do Cargo em Comissão de Chefe da Dívida Ativa, criado através da Portaria CREF12/PE-AL nº 183/2014, para Assessor Jurídico da Dívida Ativa que tem como função executar os serviços e atividades estabelecidos no art. 2º desta portaria. Ao Assessor Jurídico da Dívida Ativa compete: I. Definir as estratégias e objetivos a serem atingidos no processo de cobrança judicial e inscrição na dívida ativa dos devedores do CREF12/PE, assim como os planos de ação para a execução de tais objetivos; II. Supervisionar todos os procedimentos operacionais referentes às etapas da inscrição de devedores e respectivos débitos na dívida ativa, provenientes de anuidades, multas e outros valores devidos por pessoas físicas e jurídicas registradas no CREF12/PE; III. Preparar e apresentar propositura de ajuizamento da execução fiscal, observados os ditames da Lei nº 6.830/1980 e da Lei nº 12.514/2011; IV. Preparar e apresentar propositura de protesto dos títulos executivos extrajudiciais, nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997, e de acordo com as normativas do Sistema CONFEF/CREFs; V. Supervisionar e orientar o atendimento pessoal aos devedores em processo de negociação dos débitos, com base na legislação específica e normativas do Sistema CONFEF/CREFs; VI. Coordenar o sistema de atualização dos dados dos processos de cobrança judicial no sistema informatizado de gestão do CREF12/PE; VII. Apresentar à Presidência, Diretoria e Comissão de Controle e Finanças, sempre que solicitado, informações sobre o andamento dos processos da Dívida Ativa.

Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Revogam-se as disposições em contrário.

LÚCIO FRANCISCO DE ANTUNES BELTRÃO NETO

PORTARIA Nº 48-C, DE 11 DE MARÇO DE 2019

O Presidente, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei 9.696/1998, e por seu Estatuto, resolve:

Alterar a denominação ao Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo das Comissões de Assessoramento da Presidência para Assessor Técnico das Comissões de Assessoramento da Presidência do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco, de Lidiana Lira de Macedo Silva, portadora do RG nº 102895824-5 MEX/CE e inscrita no CPF sob o nº 892.819.773-20, a partir de 01 de março de 2019 com remuneração mensal de R$ 3.932,25 (três mil, novecentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos). Compete ao Assessor Técnico das Comissões de Assessoramento da Presidência exercer as atividades previstas no art. 2º da Portaria CREF12/PE Nº 048 "a" de 11 de março de 2019.

Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 1º de março de 2019.

Revogam-se as disposições em contrário.

LÚCIO FRANCISCO DE ANTUNES BELTRÃO NETO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS

DECISÃO Nº 939, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre alteração da Decisão n. 340 de 01 de agosto de 2014 que dispõe sobre o pagamento de jetons, auxílio representação, diárias e a concessão de passagens para conselheiros e colaboradores do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás e dá outras providências.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 5.905 de 12 de julho de 1973 e; Considerando a competência deste conselho em fixar e/ou corrigir valores dos auxílios representação de seus conselheiros e colaboradores, desde que não ultrapasse os valores previstos em resolução do Conselho Federal de Enfermagem; Considerando o que prevê o art. 21º da Decisão COREN/GO n. 340/2014; Considerando o que prevê o art. 5º, 8º e 10º da Resolução Cofen n. 491/2015; Considerando que o reajuste fixado não extrapola o limite estabelecido pela Resolução Cofen citada acima; Considerando que o valor do auxílio representação não sofre reajuste desde sua fixação pela Decisão COREN/GO n.º 340/2014; Considerando que o valor fixado não ultrapassou o índice de correção (INPC) estabelecido nas Decisões COREN/GO n.º 340/2014 e Resolução Cofen n.º 491/2015, entre o período de Agosto de 2014 a Dezembro de 2018; Considerando os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e moralidade, as condições orçamentárias para pagamentos de despesas indenizatórias com auxílio representação aos colaboradores e conselheiros do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás e as recomendações do